



# PLENÁRIO 7

Boletim informativo da Comissão de Seguridade Social e Família

Brasília, 23 de maio de 2007

Ano 1 - número 11

## Caderno das Coisas Importantes

A Comissão de Seguridade Social e Família vai realizar audiência pública para discutir o programa Caderno das Coisas Importantes - publicação destinada a alunos adolescentes de escolas públicas de todo o País, com informações sobre formas de transmissão e formas de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e Aids, além de informações sobre o corpo e a sexualidade.

O Caderno das Coisas Importantes é resultado de uma parceria entre os ministérios da Educação e da Saúde, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). Destinado a estudantes entre 13 e 19 anos, o Caderno teve uma primeira tiragem de 400 mil exemplares.

Serão convidados para o evento o secretário de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, e o secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação.

A audiência está prevista para acontecer no próximo dia 5, terça-feira, no Plenário 7, às 14:00 horas. O autor do requerimento é o deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG).

## Estudo do Ipea aponta queda das desigualdades sociais

OTÁVIO PRAXEDES

O pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Ricardo Paes de Barros apresentou, na última quarta-feira (16), à Comissão de Seguridade Social e Família, estudo que mostra que a desigualdade de renda familiar per capita caiu de forma contínua e substancial de 2001 a 2004. Segundo o estudo, houve redução de 4,6% na concentração de renda. Entre os fatores responsáveis pela mudança, 46% vêm da distribuição de renda no trabalho e 42% de aposentadorias e programas de transferência de renda, como o Bolsa Família.

O estudo do Ipea também mostra que a renda dos 10% mais pobres aumentou 8% ao ano, enquanto a dos 10% mais ricos caiu 0,3%. No mesmo período, houve um crescimento de quase 1% ao ano da renda per capita nacional.

### Crescimento do PIB

Paes de Barros ressaltou que a redução da pobreza ocorreu mesmo sem um grande crescimento econômico. Para o pesquisador, o Brasil é relativamente rico e tem postos de trabalho de qualidade. "Se a nossa política social preparar a população mais pobre para competir em igualdade de condições com a população mais rica, será reduzida a desigualdade e a pobreza. A política social deve ser usada para proporcionar maior igualdade de



Barros (E): houve redução de 4,6% na concentração de renda no País

oportunidades, sem a necessidade de criar novos postos ou melhorar a remuneração dos que já temos", sugeriu.

Outra sugestão dada pelo pesquisador foi a utilização do cadastro único do Fome Zero para garantir o acesso prioritário dos mais pobres aos programas sociais do governo. "Se você tem o endereço dos beneficiários dos programas, o cadastro único pode servir como uma maneira de garantir que os programas cheguem, prioritariamente, às pessoas que mais precisam", entende Barros.

### Sustentabilidade

Na avaliação de Barros, a continuidade da queda é questão fundamental, pois, apesar dos avanços no período analisado, o Brasil ainda se encontra entre os países mais desiguais do mundo. Para a deputada Jô Moraes (PCdoB-MG) a sustentabilidade da queda da desigualdade, apresentada pelo estudo do Ipea, só será alcançada com mais investimentos na

criação de novos empregos, com a melhoria dos salários e renda, e menos com programas sociais de caráter emergencial.

### Orientação

O deputado Pepe Vargas (PT-RS), que solicitou a audiência, afirmou que a pesquisa servirá para orientar a política social do governo. "O estudo permite analisar as políticas públicas que mais contribuíram para a redução da desigualdade, abrindo o debate para fortalecê-las e corrigi-las, avaliou".

Vargas disse que vai sugerir ao presidente da Câmara, deputado Arlindo Chinaglia, a apresentação do estudo na forma de Comissão Geral. "Devido a relevância do tema, todos os deputados têm que tomar conhecimento da pesquisa, para que possamos dar continuidade aos debates na busca de soluções que possam contribuir para a queda das desigualdades no Brasil, ressaltou o deputado.



## AGENDA

## Seguridade debaterá correção das aposentadorias e pensões

A Comissão de Seguridade Social e Família vai realizar audiência pública, nesta quinta-feira (24), para discutir os índices de correção das aposentadorias e pensões. Participarão do evento um representante do ministério da Previdência, e um representante da Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos (Cobap). Os autores do requerimento são os deputados Cleber Verde (PAN-MA), e Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP).

Cleber Verde destaca que quando o INSS concede aposentadoria, o benefício é definido através de parâmetro de cálculo que utiliza o fator previdenciário.

“Quando foi instituída a Lei de Benefícios, também foi instituída a Lei de Custeio, ou seja, a fórmula de arrecadar para cobrir os eventuais benefícios de aposentadorias, de pensão, de auxílio-doença e de aposentadoria por invalidez. Enfim, o governo tem os mecanismos necessários a uma política previdenciária satisfatória, só não os coloca em prática”, completou Verde, segundo quem, depois de decorridos poucos anos, o aposentado tem uma defasagem de até 50% em seu benefício.

Verde quer debater fórmulas que possam minimizar esta disparidade e ajudar a encontrar uma sa-

ída mais honrosa para o aposentado. “Os aposentados são brasileiros - homens e mulheres - que ajudaram a construir este País. Eles merecem respeito e, acima de tudo, atenção especial desta Comissão”, afirmou o deputado.

Cleber Verde ressalta, ainda, a necessidade de o governo cobrar a dívida dos grandes devedores da Previdência. “Centenas ou milhares de empresas são devedoras do INSS. Devem milhões ou bilhões, suficientes, inclusive, para cobrir este déficit previdenciário. Entretanto, o governo coloca a culpa do rombo da previdência aos aposentados”, afirmou o deputado.

## Programa Bolsa Família

O presidente da Comissão de Seguridade Social e Família, deputado Jorge Tadeu Mudalen (DEM-SP), quer esclarecimentos da secretária de Renda e Cidadania do Ministério do Desenvolvimento Social, Rosani Cunha, sobre denúncias de problemas na execução do Programa Bolsa Família veiculadas pelo jornal *Folha de S. Paulo* no último dia 27.

A matéria relata discrepâncias entre o número de pobres e as famílias beneficiadas pelo Bolsa Família. Segundo a reportagem, apesar de o programa ter cumprido a meta de atender 11,1 milhões de famílias no País no ano passado, o cadastro do Bolsa Família está desatualizado e cerca de 330 mil famílias, supostamente aptas a receber os benefícios, ainda não foram localizadas.

A audiência com a secretária servirá também para debater a reestruturação administrativa do Programa, que, segundo o jornal, ficará sob a responsabilidade da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Roussef.

### III Fórum sobre Saúde Masculina

A Comissão promoverá o III Fórum de Políticas Públicas e Saúde Masculina, no dia 31 de maio, quinta-feira, manhã e tarde, no auditório Nereu Ramos da Câmara. Segundo o autor da proposta, deputado Rafael Guerra (PSDB-MG), a finalidade do evento é motivar todas as instâncias federais a apoiar iniciativas que possam atenuar as graves distorções no âmbito da saúde do homem brasileiro.

### Seminário Saúde da Mulher Brasileira

A Comissão realizará, no dia 29 de maio, seminário nacional sobre Saúde da Mulher Brasileira: Desafios e Perspectivas. Na avaliação da autora do requerimento, deputada Cida Diogo (PT-RJ), a ocorrência de morte materna constitui ato de violência contra a mulher e que fere direito fundamental que é o direito à vida.

Durante o evento será instalada a Subcomissão Especial de Saúde da Mulher e Planejamento Familiar.

### EXPEDIENTE

#### COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Presidente: **Jorge Tadeu Mudalen (PFL-SP)**  
1º Vice-Presidente: **Alceni Guerra (PFL-PR)**  
2º Vice-Presidente: **Ribamar Alves (PSB-MA)**  
3º Vice-Presidente: **Cleber Verde (PAN-MA)**

Secretário da Comissão: **Wagner Padilha**  
Fones: (61) 3216-6784 - 3216-6785 - 3216-6787  
Produção, Edição e Diagramação:  
Antonio Júnior - (61) 3216-6783

Endereço: Câmara dos Deputados - Anexo II Pav. Superior, Ala A, Sala 143

Endereço eletrônico: <http://www.camara.gov.br/comissoes/permanentes/cssf>

E\_mail: [cssf@camara.gov.br](mailto:cssf@camara.gov.br)

## SUBCOMISSÃO

# Subcomissão Permanente de Assistência Social e Família aprova roteiro de trabalho

Na última quinta-feira (17) a Subcomissão Permanente de Assistência Social e Família discutiu e aprovou o plano de trabalho para o ano de 2007.

Os integrantes da subcomissão realizarão reuniões periódicas com a participação de representantes do Conselho Nacional de Assistência Social e de representantes de entidades da sociedade civil com o objetivo de acompanhar a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), e a execução orçamentária do Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome.



Eduardo Barbosa

Segundo o presidente da subcomissão, deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG), os recursos alocados para o financiamento da Política Nacional de Assistên-

cia Social não são suficientes para atender todas as demandas sociais. "Com esta atividade, a subcomissão estará melhor preparada para intervir de forma mais propositiva no momento de elaborar as emendas do Orçamento Geral da União", ressalta Barbosa.

Outro item da pauta da subcomissão é a aprovação da PEC 431/01, que vincula recursos da Seguridade Social para o financiamento da Política Nacional de Assistência Social. Os integrantes da subcomissão querem que o presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, coloque a proposi-

ta em votação pelo Plenário da Casa.

Serão realizados também debates com os Ministérios da Educação; do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; da Saúde; e a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, a respeito das determinações da Portaria Interministerial no 18/07, que cria o Programa de Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e Permanência na Escola das Pessoas com Deficiência Beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC/LOAS), com prioridade para aquelas na faixa etária de zero a dezoito anos.

## PROPOSTAS APROVADAS (16/05)

## Seguridade aprova limitação de juros em empréstimos para aposentados

A Comissão de Seguridade Social e Família aprovou, na última quarta-feira, o substitutivo do deputado Jorge Tadeu Mudalen (DEM-SP) ao Projeto de Lei 7130/06, do deputado Fernando Coruja (PPS-SC), que limita em 6% ao ano a taxa de juros cobrada em empréstimos com desconto em folha para aposentados e pensionistas. De acordo com o substitutivo, as taxas de juros de 6% ao ano poderão ser acrescidas do percentual referente à Taxa Referencial de Juros (TR). A proposta também limita o valor do empréstimo a 20% do benefício recebido e isenta aposentados e pensionistas do pagamento da Taxa de Abertura de Crédito (TAC).

Outra exigência da proposta é que os aposentados



Jorge Tadeu Mudalen

recebam, antes da formalização da operação de crédito, tabela que mostre mês a mês o valor das prestações e dos juros cobrados, de maneira clara e detalhada. O objetivo do projeto é evitar que as instituições financeiras cobrem juros abusivos dos beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

### Penalidade

Pelo texto aprovado, o descumprimento das regras previstas na proposta sujeita os infratores a penalidades como advertência; multa; cassação da autorização de funcionamento das instituições financeiras; detenção; e reclusão.

Segundo Mudalen, os juros mensais praticados no crédito consignado, em que o risco é bastante baixo, chegam a ser superiores à inflação brasileira de um ano, demonstrando com isso a falta de concorrência no setor. "Os lucros bancários são os maiores da história, são crescentes e colocam as instituições financeiras entre os setores mais lucrativos do Brasil", enfatizou o relator.

O projeto será analisado agora pela Comissão de Finanças e Tributação.

### Quebra de patentes

Para prestar esclarecimentos sobre a quebra de patentes de medicamentos, a Comissão aprovou a realização de audiência pública com o ministro da Saúde, José Gomes Temporão. Segundo o autor do requerimento, deputado Henrique Fontana (PT-RS), a quebra de patente do medicamento anti-Aids, Efavirenz, solucionou grave problema na área da saúde pública.

# Representante do Ministério da Saúde defende regulamentação da Emenda 29

DIÓGENES SANTOS

Mais uma vez a regulamentação da Emenda 29, que obriga União, Estados e Municípios a investirem percentuais mínimos na área de saúde, foi defendida em audiência na Comissão de Seguridade Social e Família. Desta vez, pela coordenadora do Programa Nacional para a Prevenção e o Controle das Hepatites Virais do Ministério da Saúde, Gerusa Figueiredo, como forma de garantir mais verbas para o programa de combate às hepatites.

Outra fonte sugerida por ela é parte do dinheiro que o Sistema Único de Saúde (SUS) economizará com a quebra de patente do medicamento Efavirenz. "Vamos dispor de, aproximadamente R\$ 59,5 milhões, que podem ser - parte deles - utilizados também para o tratamento das hepatites", informou.

Presidente da Frente Parlamentar das Hepatites Virais, o deputado Geraldo Thadeu (PPS-MG), concorda com Gerusa. Ele afirmou que houve avanços na prevenção e no combate à hepatite nos últimos anos, mas, em sua opinião, ainda há muito a ser feito. Ele ressalta a necessidade de mais verbas para o programa. "O desafio é preparar o SUS para atender, no futuro, uma



Gerusa: hoje, muitas pessoas possuem o vírus da doença sem saber

legião de brasileiros portadores de hepatite crônica, e isso significa a necessidade de mais recursos. Daí a urgência da regulamentação da Emenda 29, que poderá destinar mais recursos para a Saúde", defende Thadeu.

Durante a audiência pública realizada no último dia 15, Gerusa disse que o principal objetivo do programa é estimar a incidência das hepatites virais A, B e C, na população das capitais brasileiras – compreendendo as faixas etárias de 5 a 19 anos para a hepatite A, e de 10 a 69 anos para as hepatites B e C, bem como os fatores de exposição associados.

Atualmente, segundo a técnica, o governo ainda não conseguiu incentivar de maneira satisfatória a vacinação de jovens entre um e dez

anos. Entre os menores de um ano, a imunização atinge 96% das crianças.

## Prevenção

Gerusa ressaltou que, no caso da hepatite A, a prevenção envolve, principalmente, mais investimentos em saneamento básico. No caso do tipo B, a situação é mais tranquila, pois o País produz, desde 1998, vacina altamente eficaz, que atende jovens de até 20 anos de idade.

Já a hepatite C, cujas formas de contágio são as vias sanguínea e sexual, é mais preocupante, pois somente na década de 90, a hepatite C passou a ser diagnosticada. "Hoje, muitas pessoas possuem o vírus da doença sem saber", explicou Gerusa Figueiredo. Por isso, a necessidade de um diagnóstico precoce da doença, que pode con-

taminar desde pessoas que decidem colocar um piercing ou fazer uma tatuagem, sem as condições adequadas de higiene, ou uma dona-de-casa que faz a unha com um alicate contaminado, até usuários de drogas injetáveis.

Segundo Gerusa, a prevenção é feita pelo rigoroso controle de qualidade dos bancos de sangue. "Profissionais da área da saúde devem utilizar todas as medidas conhecidas de proteção contra acidentes com sangue e secreções de pacientes, como o uso de luvas, máscara e de óculos de proteção. Além disso, seringas e agulhas para injeção de drogas não podem ser compartilhadas", acrescenta. Segundo a técnica, o uso de preservativo nas relações sexuais é muito importante para prevenir a transmissão da hepatite C. "No momento do ato sexual, se existir contato com sangue em razão de pequenos ferimentos em ambos os parceiros, há risco de contágio", esclareceu Gerusa.

O deputado Geraldo Thadeu - autor do requerimento para a realização da audiência - conviveu com a hepatite C por 25 anos, após ter sido contaminado por seringas de vidro não esterilizadas durante tratamento realizado em farmácias. Ele afirma que, antes de ser curado, há cerca de cinco anos, vivia sem disposição para realizar as atividades mais rotineiras. "Rejuveneci de 15 a 20 anos. A minha qualidade de vida era muito baixa. Com a cura da hepatite crônica, sou outra pessoa. Eu tenho outra vida hoje, outra disposição, e quero que todos os portadores de hepatite crônica C e B possam se tratar", destacou.

## Histórico da hepatite

A hepatite é uma doença provocada por diferentes tipos de vírus, com características e evolução clínica distintas. Existem cinco tipos de hepatites virais: A, B, C, D e E. O principal sintoma da doença é a inflamação do fígado, mas freqüentemente os portadores só descobrem a doença em estágio avançado, pois ela evolui sem sintomas ou sinais visíveis.

A forma de transmissão também varia

de acordo com o tipo do vírus. Os tipos A e E são transmissíveis pela via fecal-oral, ou seja, ingestão destes vírus (água, alimentos e de pessoa a pessoa). Já os vírus B, D e C são transmitidos pela via parenteral (sexual, sanguínea, produtos hemoterápicos e de mãe para filho), atacam de forma silenciosa, podendo causar cirrose hepática e até câncer de fígado.